

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Transmissora Rio Largo SPE S.A.
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da **Transmissora Rio Largo SPE S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Transmissora Rio Largo SPE S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações relevantes com partes relacionadas envolvendo, principalmente, transações de fornecedores. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e tais partes relacionadas, que podem não terem sido pactuadas em condições usuais de mercado. Portanto, as informações contábeis acima referida devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 24 de fevereiro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MT

Claudeir T. P. do Nascimento
Claudeir Thiago Pereira do Nascimento
Contador CRC 1 MT 016962/O

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	13	4.691	34.551
Custos de construção	16.a	-	(36.924)
Custos de operação e manutenção	16.b	(1.411)	(533)
Lucro bruto		3.280	(2.906)
(Despesas)/receitas operacionais			
Serviços de terceiros	17	(241)	(112)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(485)	(142)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		2.554	(3.160)
Receitas financeiras		253	330
Despesas financeiras		(2.241)	(1.203)
Resultado financeiro líquido	14	(1.988)	(873)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		566	(4.033)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.c	(185)	(113)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.c	(27)	(1.084)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		354	(5.230)
Resultado por ação - em Reais	18	0,0150	(0,4358)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	354	(5.230)
Total do resultado abrangente do exercício	354	(5.230)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		7.500	265	(648)	7.117
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	12.915	-	12.915
Integralização de capital		4.500	-	-	4.500
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(5.230)	(5.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	12.000	13.180	(5.878)	19.302
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	400	-	400
Reversão de AFAC		-	(2.000)	-	(2.000)
Integralização de capital		11.580	(11.580)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	354	354
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12	23.580	-	(5.524)	18.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		354	(5.230)
Ajustes em:			
PIS e COFINS Diferidos	15.b	32	1.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.c	27	1.084
Ganho e atualização do ativo de contrato	7	3.982	1.480
Receita de construção do ativo de contrato	7	-	(37.182)
Juros sobre empréstimos	10.a	1.560	1.004
Ativo de contrato	7	-	116
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:			
Ativo de contrato	7	(4.869)	506
Concessionárias e permissionárias	6	(93)	(364)
Outros créditos e outros ativos	-	90	(109)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	9	149	634
Impostos correntes a pagar	-	157	112
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(34)	41
Outras contas a pagar	-	17	8
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(122)	(14)
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais		1.250	(31.399)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	-	(195)	(2.325)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(195)	(2.325)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	12	11.580	4.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(11.180)	12.915
Aquisição de empréstimos	10.a	-	22.456
Pagamento de empréstimos - Pagamento	10.a	(157)	-
Pagamento de empréstimos - juros	10.a	(1.550)	(948)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(1.307)	38.923
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(252)	(31)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	515	546
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	263	515
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(252)	(31)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Transmissora Rio Largo SPE S.A. (“Companhia”), constituída em 23 de janeiro de 2020, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão decorrente do Contrato de Concessão do Lote 04 do Leilão 02/2019 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de Rede Básica e Sistema Interligado e suas ampliações.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Alagoas.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1756, andar 20, na Cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso e consta em sua composição acionária Sollo Energia S.A., Vyas Energia Participações S.A. e Planta Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	Valor	% Capital
Sollo Energia S.A.	8.274.000	8.274	35
Vyas Energia Participações S.A.	8.274.000	8.274	35
Planta Empreendimentos Imobiliários Ltda	7.032.000	7.032	30
	<u>23.580.000</u>	<u>23.580</u>	<u>100</u>

1.2. Da concessão

No dia 20 de março de 2020, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 04/2020 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, finalizando em 20 de março de 2050, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

O projeto da Companhia consiste em implantação, operação e manutenção da seguinte instalação de transmissão de energia:

- (i) LT 230 kV Messias - Rio Largo II C4, com 15 km - As instalações entraram em operação comercial em 31 de outubro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.348/2024, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2024-2025, é de R\$ 3.976, incluindo os tributos reembolsáveis PIS/COFINS. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sétima do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos de reajuste tarifário quando eles são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional;
- **Pesquisa & Desenvolvimento do Setor Elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto deste contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Licença de Operação (informações não auditadas)

A Licença de operação foi concedida em 19 de setembro de 2023 pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA/AL, órgão responsável pela emissão das licenças ambientais da Companhia por meio de seu escritório regional de Maceió no estado de Alagoas, com validade até 19 de setembro 2025.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Empresa não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2024, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

Declaração de relevância

A Administração da Empresa aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Empresa está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações contábeis para fins regulatórios, e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações contábeis societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditou as demonstrações contábeis para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Empresa até o dia 26 de abril de 2024.

2.2. Data de aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2025.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos complexos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

(i) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(ii) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. A taxa de desconto utilizada pela Companhia é de 5,63% a.a.

(iv) Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

Margem de construção

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade do projeto, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, também na entrada em operação do projeto, e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

Margem de operação

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de preço/receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

(v) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

(vi) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3. Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto de recebimento da RAP para remuneração do capital e obrigação de construção em relação ao CAPEX do Projeto, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e bancos”, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as: “Aplicações financeiras”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Fornecedores” e “Empréstimos e financiamentos”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

e. Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f. Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

h. Resultado por ação

O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia.

i. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo. Consulte a Nota 10 para obter mais detalhes.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações individuais e consolidadas do Grupo.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Nota 9 para obter mais detalhes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)** - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza** - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	62	2
Aplicações financeiras liquidez imediata	201	513
Total	263	515

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Nordeste	Aplicação automática RF	97% CDI	201	513
Total			201	513

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa n° 17.

5. Aplicações financeiras

Refere-se à aplicação/conta reserva restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”). O Fundo de liquidez corresponderá, pelo menos a 10% (dez por cento) do valor efetivamente desembolsado. Possíveis excessos sobre o montante avençado, inclusive daqueles decorrentes dos rendimentos creditados em função das aplicações financeiras realizadas, se integrarão ao referido fundo e poderão ser transferidos para a conta de livre movimentação do Emitente/Creditado, mediante solicitação formal e em periodicidade mínima de 12 (doze) meses. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Nordeste	PLUS FIC FI RF	98,75% CDI	2.520	2.325
			2.520	2.325

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa n° 17.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	409	322
Créditos a receber - CCEE	48	42
Total	457	364

Nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber.

7. Ativo de contrato

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	Saldo em 31/12/2022	(+ Receita de construção	(-) Perda implementação infraestrutura	(+) Atualização/ remuneração	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2023
Ativo de contrato	<u>7.088</u>	<u>37.182</u>	<u>(3.225)</u>	<u>1.621</u>	<u>(506)</u>	<u>42.160</u>
Circulante	364					2.947
Não circulante	6.724					39.213

	Saldo em 31/12/2023	(-) Ganho implementação infraestrutura	(+ Atualização/ remuneração	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2024
Ativo de contrato	<u>42.160</u>	<u>1.648</u>	<u>2.334</u>	<u>(3.095)</u>	<u>43.047</u>
Circulante	2.947				3.063
Não circulante	39.213				39.984

8. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e tais partes relacionadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas estão reconhecidas na conta de fornecedores e estão relacionadas aos: (a) prestação serviços de construção e (b) Mútuo com parte Relacionada:

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Contrato de prestação de serviços com a Sollo Construções Ltda.

A Companhia possuiu contrato com a Sollo Construções Ltda., integrante do grupo econômico da acionista Sollo Energia S.A. para a construção das instalações e possui um saldo em aberto de R\$ 561.

b. Mútuo com parte relacionada Planta Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A Companhia possuiu mútuo com a acionista Planta Empreendimentos Imobiliários Ltda. para a construção das instalações e possui um saldo em aberto de R\$ 2.000.

c. Remuneração da administração

A companhia não efetua nenhum tipo de pagamento e/ou remuneração aos administradores.

9. Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Sollo Construções Ltda. (i)	561	561
Cotesa Engenharia Ltda.	23	-
Mudrovitsch Sociedade De Advogados	47	-
Companhia Hidro Elétrica Do São Francisco	187	-
V.A. Albuquerque	-	16
Fairfax Brasil Seguros	-	22
Outros	-	70
Total	<u>818</u>	<u>669</u>

(i) Foi acordado com a Sollo que o pagamento ocorrerá no decorrer do ano de 2025.

10. Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou em 30 de novembro de 2021 o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S/A com um crédito no montante de R\$ 22.456 para ser utilizado na construção da linha de transmissão de energia elétrica objeto da concessão mencionada na nota explicativa nº 1.2. Em 2023 foi liberado o montante de R\$ 22.456. Sobre a dívida incidirá a TFC - Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais apurada mensalmente, pro rata dia, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês de acordo com fórmula determinada em contrato. Para cálculo dos Juros Básicos Fixos (JBF) a utilização do Fator de Localização (FL), no formato do inciso V do Art. 1º-A da Lei 10.177/2001: (i) Taxa de 2,2778% a.a. sobre o valor de R\$ 6.300, (ii) Taxa de 2,7839% a.a. sobre o valor de R\$ 16.156.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O empréstimo será amortizado em 257 parcelas mensais a partir de 15 de julho de 2024 e terminando em 15 de dezembro de 2045. Durante os primeiros meses os juros estão sendo pagos trimestralmente e a partir de 15 de julho de 2024 começarão a ser pagos mensalmente.

a. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Nordeste	<u>22.365</u>	<u>22.512</u>
Circulante	415	526
Não circulante	21.950	21.986

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	-
Aquisição de empréstimo	22.456
Provisões de juros	1.004
Juros pagos	(948)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>22.512</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.512
Provisões de juros	1.560
Principal pago	(157)
Juros pagos	(1.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>22.365</u>

b. Cronograma de pagamento não circulante

2025	1.065
2026	1.065
2027	1.065
2028 a 2045	19.170
Total	<u>22.365</u>

c. Garantias

A beneficiária cedeu fiduciariamente ao Banco do Nordeste, em caráter irrevogável e irretratável o fundo de liquidez em conta reserva, conforme divulgado na nota explicativa nº 5. A Companhia apresentou obrigatoriamente carta de fiança bancária, a cada liberação de crédito, em favor ao Banco do Nordeste com a garantia de crédito de até 100% do saldo devedor. Em caso de inadimplência, os acionistas serão responsáveis pela quitação do saldo. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está em conformidade com as garantidas assumidas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Covenants

O contrato de financiamento contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Comprometimento Sobre a Dívida (ICSD) apurado, Dívida líquida dividida pelo Ebitda menor ou igual a 3% e comprometimento da capacidade de pagamento igual a 30% e menor ou igual 70%. Caso não atendido os indicadores previstos deverá ser elevado em 25% o valor da cessão fiduciária de fundo de liquidez em contato reserva.

A companhia possui controle de acompanhamento e apuração anual dos covenants e não foram identificados descumprimentos de cláusulas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão devido à inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, com suporte de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda ou de perda possível que requeresse divulgação.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 23.580 (R\$ 11.580 em 2023), representado por 23.580.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Sollo Energia S.A.	8.274.000	35	8.274	4.800.000	40	4.800
Vyas Energia Participações S.A.	8.274.000	35	8.274	4.800.000	40	4.800
Planta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7.032.000	30	7.032	2.400.000	20	2.400
Total	23.580.000	100	23.580	12.000.000	100	12.000

O aumento do capital social, mediante adiantamento para futuro aumento de capital para R\$ 23.500, foi aprovado pela Companhia, em 03 de dezembro de 2024, por meio da Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de remuneração do ativo de contrato	2.334	1.621
Receita de construção(i)	-	37.182
Ganho/Perda Ativo de Contrato (ii)	1.648	(3.101)
Receita de O&M(iii)	944	168
Total de receita operacional bruta	<u>4.926</u>	<u>35.870</u>
Deduções da receita operacional		
(-) PIS e COFINS corrente	(148)	(25)
(-) PIS e COFINS diferido	(32)	(1.285)
(-) Encargos regulatórios	(55)	(9)
Total de deduções da receita	<u>(235)</u>	<u>(1.319)</u>
Receita operacional líquida	<u>4.691</u>	<u>34.551</u>

- (i) A obra foi concluída em 31 de outubro de 2023 dessa forma não existe mais receita de construção para o exercício de 2024;
- (ii) Refere-se a variação monetária do IPCA no período, bem como a eficiência ou ineficiência na implantação do empreendimento;
- (iii) Como a companhia entrou em operação em 31 de outubro de 2023 só houve dois meses de receita no ano.

14. Resultado Financeiro

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	253	330
	253	330
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(1.560)	(1.004)
Multas, juros e encargos	(5)	(60)
Outras despesas financeiras	(676)	(139)
	(2.241)	(1.203)
Total do resultado financeiro	<u>(1.998)</u>	<u>(873)</u>

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

Natureza dos créditos	31/12/2024				Total Passivo	31/12/2023
	Base de cálculo	Impostos diferidos	Baixas diferido	Total resultado		
PIS diferido	43.047	26	(20)	(6)	280	274
COFINS diferido	43.047	120	(93)	(27)	1.291	1.264
		146	(113)	(33)	1.571	1.538
IRPJ diferido	43.047	80	(62)	(18)	861	843
CSLL diferido	43.047	42	(33)	(9)	465	456
		122	(95)	(27)	1.326	1.299
Total		268	(208)	(60)	2.897	2.837

A realização dos impostos diferidos ocorrerá de acordo com o prazo da concessão que é de 30 anos.

b. PIS e COFINS - deduções da receita

	31/12/2024	31/12/2023
Receita anual permitida (RAP)	3.763	631
Outras receitas (i)	275	43
Base de cálculo	4.038	674
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	(148)	(25)
Receita de remuneração e ganho/perda do ativo de contrato e de construção	3.982	35.702
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(145)	(1.303)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	113	18
Imposto diferido no resultado	(32)	(1.285)
PIS e COFINS dedução da receita	(180)	(1.310)

(i) Receita operacional referente aos valores não arrecadados em função dos descontos incidentes sobre as tarifas - REN n° 1.031/2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	3.763	3.763	631	631
Outras receitas	275	275	43	43
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	323	485	54	81
Receitas financeiras	253	253	330	330
Base de cálculo	576	738	384	411
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(86)	(66)	(58)	(37)
Adicional de 10% - IRPJ	(33)	-	(18)	-
Imposto corrente no resultado	(119)	(66)	(76)	(37)
Receita de remuneração do ativo de contrato e de construção	3.982	3.982	35.702	35.702
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	319	478	2.856	4.284
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(79)	(43)	(714)	(385)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	62	33	10	5
Imposto diferido no resultado	(17)	(10)	(704)	(380)
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	(136)	(76)	(780)	(417)

16. Custos

a. Custo de construção

Referem-se a implantação das instalações de transmissão de sua responsabilidade. Os custos representam essencialmente os valores pagos às empresas contratadas para a construção do empreendimento e os demais custos menores, tais como gastos com projetos, meio ambiente, fundiário, etc.

b. Custos de operação e manutenção

Os custos representam, essencialmente, os valores incorridos referentes ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) firmados, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia e vigilância que ocorreram após a entrada em operação.

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(327)	(105)
Material	(283)	(7)
Serviços de terceiros	(550)	(372)
Aluguéis	(44)	(5)
Seguros	(73)	(8)
Tributos	(47)	-
Outros custos de operação e manutenção	(87)	(36)
Total do custo de operação e manutenção	(1.411)	(533)

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços de terceiros (i)	(241)	(112)
Aluguéis	(6)	(13)
Tributos	(12)	-
Outros gastos de diversos (ii)	(467)	(129)
Total	(726)	(254)

- (i) **Serviços de terceiros:** A principal variação refere-se aos de serviços advocatícios prestado por Mudrovitsch Sociedade De Advogados;
- (ii) **Outros gastos diversos:** A variação refere-se a gastos com Contrato de Compartilhamento de instalações no ano de 2024 com a empresa Companhia Hidroelétrica Do São Francisco.

18. Resultado por ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	354	(5.228)
Quantidade de ações ordinárias	23.580	12.000
Resultado por ação ordinária	0.0150	(0,4357)

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

19. Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível	Valor contábil/ Valor justo	Valor contábil/ Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado		263	515
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1	2.520	2.325
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		457	364
Ativo de contrato	Custo amortizado		43.047	42.160
			<u>46.287</u>	<u>45.364</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		22.365	22.512
Fornecedores	Custo amortizado		818	669
			<u>23.183</u>	<u>23.181</u>

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixos. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como mensurados ao custo amortizado.

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

Empréstimo e financiamento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Prefixada	89	178	801	4272	17.025	22.365

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de juros e os preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

(iv) Risco operacional

Risco regulatório

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros

Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia está sujeita à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Risco técnico

Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações.

TRANSMISSORA RIO LARGO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI	-	10,89	8,17	5,45
Aplicações financeiras		2.721	296	222	148
Efeito no resultado		-	-	(74)	(148)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

20. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Risco operacional	32.469	19/06/2024 a 19/06/2025

21. Questões ambientais

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA/AL estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia, licença válida até 05 de abril de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou que não houve eventos subsequentes a data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro de 2024 até a data de conclusão das referidas demonstrações em 20 de fevereiro de 2025.

HELIO PALMA DE ARRUDA
NETO:94955859100

Assinado de forma digital*
por HELIO PALMA DE ARRUDA
NETO:94955859100
Dados: 2025.02.24
14:48:36 -04'00'

Helio Palma de Arruda Neto
Diretor

LUIZ GONZAGA DE ARAUJO
NETO:70269416668

Assinado de forma digital*
por LUIZ GONZAGA DE ARAUJO
NETO:70269416668
Dados: 2025.02.24
14:16:02 -04'00'

Luiz Gonzaga de Araujo Neto
Diretor

EDSON JUNIOR DA SILVA:00014075113

Assinado de forma digital*
por EDSON JUNIOR DA SILVA:00014075113
Dados: 2025.02.24
15:23:14 -03'00'

Edson Júnior da Silva
Contador - GO-021788/O-7